



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

# **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**

**Número 26**

**Outubro de 2002**

**Metodologia de Avaliação da Capacidade  
de Geração de Resultados de Instituições Financeiras**

Rodrigo Luís Rosa Couto

ISSN 1519-7212  
CGC 00.038.166/0001-05

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil	Brasília	n. 26	out	2002	P. 1 - 35
--	----------	-------	-----	------	-----------

# Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem a visão do Banco Central do Brasil, exceto no que se refere a notas metodológicas.

## Coordenação:

### Departamento Econômico (Depec)

(e-mail: [depec@bcb.gov.br](mailto:depec@bcb.gov.br))

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, nº 26, outubro/2002.

## Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil  
Demap/Disud/Subip  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º ss  
Caixa Postal 8670  
70074-900 Brasília (DF) – Brazil  
Telefone: (61) 414-3165  
Fax: (61) 414-1359

## Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- \* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Central de Informações do Banco Central do Brasil

Endereço:	Secre/Surel/Dinfo Edifício-Sede, 2º subsolo SBS – Quadra 3 – Zona Central 70074-900 Brasília (DF) – Brazil	Telefones:	(61) 414 (...) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406
		DDG	0800 992345
		FAX	(61) 321 9453
Internet:	<a href="http://www.bcb.gov.br">http://www.bcb.gov.br</a>		
E-mail:	<a href="mailto:cap.secre@bcb.gov.br">cap.secre@bcb.gov.br</a>		

## **Apresentação**

---

A institucionalização da série Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, cuja gestão compete ao Departamento Econômico (Depec), promove a divulgação de trabalhos de elaboração econômica que tenham interesse não apenas teórico, mas também conjuntural e metodológico, refletindo desse modo o trabalho gerado por funcionários da instituição em todas as suas áreas de atuação. Igualmente, poderão fazer parte da série trabalhos que, embora realizados externamente, tenham recebido suporte institucional do Banco Central.

# Metodologia de Avaliação da Capacidade de Geração de Resultados de Instituições Financeiras

RODRIGO LUÍS ROSA COUTO

**Resumo:** A avaliação da capacidade de geração de resultados das instituições financeiras é parte integrante da maioria dos modelos de supervisão bancária e sistemas de classificação de instituições utilizados pelas autoridades supervisoras. Este trabalho apresenta uma metodologia de avaliação da capacidade de geração de resultados de instituições financeiras criada com o objetivo de auxiliar os supervisores bancários a obter informações sobre o nível dos resultados, sua composição e sua sensibilidade a variações nas condições do mercado, e a formular conclusões baseadas nestas informações. A metodologia tem uma visão essencialmente prospectiva, utilizando informações contábeis e gerenciais sobre a performance passada como indicadores do que pode ser esperado no futuro. A identificação e o tratamento, para efeito de análise, de resultados não-recorrentes recebem ênfase especial, o que torna a metodologia própria para ser aplicada em bancos, em economias emergentes, onde resultados desta natureza são freqüentemente significativos devido à maior instabilidade financeira existente nestas economias. A capacidade de geração de resultados é avaliada através da estimação de receitas e despesas, que são classificadas como estruturais, se elas são operacionais, recorrentes e não particularmente sujeitas à manipulação contábil; ou secundárias, se elas não satisfazem essas condições. As receitas e as despesas estruturais refletem os principais fatores que determinam a lucratividade de uma empresa financeira e são, portanto, os que servem de base para a projeção de resultados futuros. A classificação das receitas e despesas também permite que os supervisores bancários avaliem a composição dos resultados. A sensibilidade dos mesmos a modificações nas condições de mercado é medida por meio de testes de hipóteses acerca das variações nos volumes aplicados e captados, nos *spreads* e na inadimplência, por exemplo. A metodologia também estabelece diretrizes para a interpretação da informação obtida e a formulação de conclusões sobre a capacidade de geração de resultados das instituições financeiras.

## Sumário

1 Introdução .....	9
2 Objetivos .....	10
2.1 Questões a serem respondidas através da utilização da metodologia .....	10
2.2 Maior importância destas questões no caso de instituições financeiras em economias emergentes .....	13
3 Conceitos .....	14
3.1 Classificação de itens da demonstração de resultado .....	14
3.2 Estrutura proposta para a demonstração de resultado para efeito de análise .....	18
4 Análise das demonstrações financeiras .....	20
4.1 Informações necessárias .....	20
4.2 Análise da demonstração de resultado .....	21
5 Análise de informações gerenciais .....	26
5.1 Introdução .....	26
5.2 Procedimentos para a classificação de itens de receita e despesa e estimação de resultados indicados .....	27
6 Níveis de capacidade de geração de resultados .....	30
Referências bibliográficas .....	35

# Metodologia de Avaliação da Capacidade de Geração de Resultados de Instituições Financeiras

RODRIGO LUÍS ROSA COUTO

## 1 Introdução

A metodologia de avaliação da capacidade de geração de resultados aqui apresentada foi criada para ajudar os supervisores bancários a responder a três perguntas muito importantes sobre uma instituição financeira: Qual o seu resultado esperado, considerando a informação disponível e um determinado conjunto de condições de mercado? Qual a origem deste resultado? Qual a sensibilidade do mesmo a modificações nas taxas de juros, *spreads*, volumes aplicados em operações de crédito e outras variáveis do setor financeiro?

Supervisores bancários têm repetidamente levantado essas questões, e esforços têm sido realizados para satisfazer suas necessidades deste tipo de informação. A metodologia evoluiu através da acumulação de experiências e das extensões e adaptações feitas para atender a necessidades específicas e adequar os procedimentos às circunstâncias únicas de cada caso. Esta metodologia já foi aplicada, em diferentes estágios de desenvolvimento, a oito bancos brasileiros, incluindo alguns dos principais, nos últimos quatro anos. A informação produzida nas análises tem servido de base para decisões de grande importância no âmbito da supervisão bancária.

Avaliar a capacidade de geração de resultados de uma instituição financeira, ou de qualquer empreendimento, é uma tarefa de notória dificuldade. Tal avaliação pode facilmente chegar a conclusões erradas, devido à falta de informações adequadas ou de habilidade analítica, e pode também perder relevância rapidamente, devido a modificações significativas nas condições de mercado. Nenhuma metodologia de análise é capaz de gerar previsões precisas e confiáveis sobre os resultados futuros, e este não é o objetivo da metodologia aqui apresentada.

Entretanto, a avaliação da capacidade de geração de resultados é parte integrante da maioria dos modelos de supervisão bancária e dos sistemas de classificação de instituições utilizados pelas autoridades supervisoras. Além disso, as questões apresentadas acima são essenciais demais para serem ignoradas. Embora não seja possível fazer previsões confiáveis sobre os resultados, é possível, em muitas situações relevantes, chegar a conclusões bem fundamentadas sobre a capacidade de geração de resultados de uma instituição financeira, e também gerar informações úteis para outras áreas sob exame da supervisão bancária.

## 2 Objetivos

### 2.1 Questões a serem respondidas através da utilização da metodologia

**a) Qual o resultado esperado de uma instituição financeira, considerando a informação disponível e um determinado conjunto de condições de mercado?**

A viabilidade a longo prazo de uma instituição financeira depende, em grande parte, de sua capacidade de gerar resultados suficientes para proteger e fortalecer seu capital, bem como remunerar seus acionistas. Perdas enfraquecem o capital e a liquidez da instituição, e podem abalar a confiança dos depositantes. A acumulação de perdas traz o risco de descontinuidade da instituição, com todas as suas potencialmente desastrosas conseqüências para os depositantes da instituição e mesmo para o sistema financeiro como um todo.

Os resultados são um importante indicador da saúde financeira de uma instituição e, em muitos casos, um indicador precoce de sua vulnerabilidade. Uma vez que a mercadoria de uma instituição financeira é o próprio dinheiro, ela pode sustentar perdas por muito tempo antes de consumir inteiramente o seu caixa. Adicionalmente, instituições com resultados negativos ou declinantes podem vir a assumir riscos excessivos no afã de reverter seus resultados, o que pode acelerar a deterioração de sua situação financeira. Portanto, a detecção de situações de deficiência na geração de resultados pode permitir ao supervisor agir antes que a solvência da instituição esteja seriamente ameaçada, e antes que esta comece a assumir crescentes riscos na tentativa de alcançar a lucratividade.

O simples exame da série histórica de resultados não permite ao supervisor formar uma opinião consistente sobre a capacidade de geração de resultados. A série histórica é uma demonstração de resultados passados cujos efeitos já estão consumados no balanço patrimonial, enquanto que, para que suas conclusões possam servir como base para ação tempestiva, o supervisor deve se preocupar com os resultados futuros esperados ou indicados e o seu impacto na situação financeira da instituição.

Não há dúvida de que os resultados passados são um indicador importante do que pode ser esperado no futuro. O estudo de eventos passados que tiveram reflexos sobre os resultados pode dar ao analista informações relevantes que o ajudarão a entender a situação atual e a antecipar o futuro. A experiência tem demonstrado, no entanto, que condições e eventos extraordinários freqüentemente influenciam os resultados e podem gerar distorções relevantes, e que os resultados reportados podem se desviar significativamente da realidade devido à manipulação contábil. Portanto, a série histórica não pode ser utilizada como uma indicação dos resultados futuros sem que sofra os necessários ajustes e uma interpretação crítica.

Considere-se a situação de uma instituição financeira onde uma inspeção identifica problemas de qualidade dos ativos e/ou passivos não reconhecidos. Os resultados apresentados até então terão sido necessariamente maiores do que os reais porque perdas ocorridas ao longo do tempo não foram adequadamente reconhecidas, juros apropriados sobre ativos não realizáveis integraram as receitas e as despesas não incluíram juros e atualização monetária sobre passivos não reconhecidos.

Nesses casos, nos quais os resultados não estão corretamente representados nas demonstrações financeiras, é importante que os supervisores saibam quais são, ou deveriam ser, os reais resultados, considerando a verdadeira situação patrimonial da instituição. Os resultados reais determinarão se, e em que ritmo, a situação financeira do banco deverá melhorar ou piorar ainda mais. Quando uma injeção de capital está sendo considerada, é importante estimar o volume de recursos necessário para restaurar não só o capital da instituição, mas também sua lucratividade. Situações como estas motivaram o desenvolvimento e proporcionaram as primeiras oportunidades de aplicação da presente metodologia de avaliação. A avaliação da capacidade de geração de resultados complementa a avaliação patrimonial, porque produz informações sobre a tendência de evolução da real situação patrimonial encontrada e sobre o efeito provável de mudanças propostas nesta situação.

Instituições financeiras freqüentemente escondem suas perdas por diversas razões, como, por exemplo, na tentativa de manter a confiança dos depositantes, para evitar a desvalorização de seus papéis ou para evitar a ação da supervisão bancária, que pode resultar em liquidação e responsabilização de administradores por atos irregulares de gestão. Algumas instituições escondem suas perdas por um longo tempo, e terminam por serem liquidadas por fragilidade financeira sem jamais terem apresentado resultados negativos em suas demonstrações financeiras.

Entretanto, a manipulação de resultados não ocorre somente nos casos extremos de instituições vulneráveis escondendo perdas que ameaçam sua continuidade, mas também de maneira mais sutil. Manobras contábeis, geralmente envolvendo provisões, ativos intangíveis ou contingentes, resultados provenientes de subsidiárias e de transações com títulos, são encontradas com freqüência em instituições financeiras, independentemente de sua situação financeira. Existem diversas maneiras de manipular resultados sem que fique caracterizada fraude, e a experiência tem demonstrado que as instituições financeiras o fazem por diversas razões.

A manipulação de resultados, a ocorrência freqüente de ganhos ou perdas extraordinários e as rápidas mudanças nas condições de mercado em que as instituições atuam tornam extremamente difícil para o supervisor bancário avaliar a capacidade de geração de resultado de uma instituição financeira sem a ajuda de uma metodologia que o auxilie a lidar, de forma sistemática, com os múltiplos e complexos elementos envolvidos em uma análise deste tipo.

O objetivo da presente metodologia é auxiliar os supervisores bancários no tratamento e interpretação de informações, possibilitando que eles façam uma avaliação da capacidade de geração de resultado que produza conclusões úteis, bem fundamentadas e tempestivas. Mesmo quando a análise fica restrita às informações contidas nas demonstrações financeiras, a metodologia permite que se obtenha informações suficientes para que o analista possa formar uma idéia preliminar sobre a capacidade de geração de resultados. Quando integralmente implementada, a metodologia permite que se faça uma estimativa de resultados indicados, considerando as atuais ou prováveis condições de mercado e a ausência de eventos extraordinários que afetem os resultados. Esses são os resultados futuros que irão determinar a viabilidade da instituição e, portanto, é sobre eles que o interesse do supervisor bancário deve se concentrar.

### **b) Como a instituição gera resultado?**

Para entender as operações de uma instituição, é essencial saber como ela gera resultado. O exame de uma instituição não pode ser considerado completo se não contiver informações abrangentes sobre como ela ganha dinheiro. Esta informação deve cobrir dois aspectos: a contribuição de cada uma das atividades da instituição para o resultado; e a proporção do resultado que provém de fontes sustentáveis e de fontes não-sustentáveis.

Quanto mais o resultado de uma instituição financeira provém de fontes sustentáveis e operacionais, mais consistente e estável é este resultado. Os resultados provenientes destas fontes devem ser suficientes para cobrir provisões e impostos, além de permitir um retorno adequado sobre o capital. A dependência de resultados não-recorrentes é um sinal de deficiência na geração de resultados e pode significar que a instituição está adotando práticas de alto risco na tentativa de incrementar sua lucratividade.

A contribuição relativa para o resultado de cada uma das atividades da instituição é um bom indicador de como o risco está distribuído entre elas. Uma avaliação com base neste critério pode conduzir a conclusões bem diferentes das da avaliação usualmente realizada, baseada tão somente na materialidade dos valores envolvidos. A contribuição para o resultado pode ser utilizada pelos supervisores bancários como um dos critérios para alocação de tempo e pessoal em uma inspeção.

A metodologia estabelece diretrizes para a interpretação e classificação dos itens de receita e despesa como sustentáveis ou não-recorrentes. Uma de suas preocupações centrais é permitir ao analista avaliar o efeito de itens não-recorrentes sobre o resultado e medir a dependência dos mesmos de fontes não-sustentáveis de geração de receitas. Muito embora informações sobre a contribuição de cada uma das atividades da instituição para o seu resultado sejam geralmente fáceis de obter, este nem sempre é o caso. A metodologia permite ao analista quantificar esta contribuição e, desta forma, avaliar a importância relativa de cada atividade para a lucratividade da instituição.

**c) Qual a sensibilidade do resultado a modificações nas taxas de juros, *spreads*, volumes aplicados em operações de crédito e outras variáveis do setor financeiro?**

A mensuração da sensibilidade do resultado a modificações nas condições de mercado é uma parte importante da avaliação de riscos. Ela permite aos supervisores bancários identificar as variáveis que têm maior impacto sobre a lucratividade e prever o impacto sobre a instituição de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Quando a metodologia é implementada integralmente, é possível testar hipóteses acerca das condições de mercado relevantes e estimar seu impacto sobre os resultados. O impacto de modificações na estratégia da instituição também pode ser medido. É possível realizar testes de *stress*, permitindo ao analista estimar, por exemplo, o quanto as taxas de juros poderiam cair sem reduzir o lucro a zero, ou em quanto a instituição teria que expandir sua carteira de crédito, sob determinadas premissas, para atingir o ponto de equilíbrio. Este tipo de informação acrescenta uma outra perspectiva à análise e promove um melhor entendimento sobre a situação de resultados por parte do supervisor bancário.

**2.2 Maior importância destas questões no caso de instituições financeiras em economias emergentes**

A importância das três questões apresentadas acima é maior no caso de instituições financeiras em países com mercados emergentes, assim como é a dificuldade em respondê-las. Os resultados sofrem flutuações maiores, devido à maior instabilidade econômica destes países, e resultados extraordinários são freqüentes e significativos, mascarando a real lucratividade das instituições.

A alta inadimplência e o alto risco legal característicos das economias emergentes, que resultam em provisões elevadas para perdas em créditos e para contingências legais, proporcionam amplas oportunidades para a manipulação de resultados, pois pequenos aumentos ou reduções arbitrários nestas provisões têm impacto significativo sobre os resultados. Provisões para perdas em créditos e para contingências legais são dois itens freqüentemente utilizados para manipular os resultados.

Avaliar a viabilidade de longo prazo das instituições financeiras se torna mais importante em economias emergentes. A instabilidade financeira freqüentemente faz com que apareçam condições anômalas de mercado, tais como o período de hiperinflação no Brasil, que afetam a lucratividade das instituições. Tais condições podem causar o crescimento anormal do setor financeiro, cuja subsequente redução força a saída de muitas instituições do mercado.

Quando o setor financeiro passa por um processo de consolidação, a concorrência se intensifica, provocando a redução das margens de lucro das instituições. Durante tal processo, torna-se particularmente importante avaliar a viabilidade das instituições financeiras, de maneira a identificar e monitorar aquelas em posições vulneráveis.

Em economias emergentes, informações sobre a origem dos resultados também se tornam mais relevantes para a avaliação da viabilidade a longo prazo das instituições financeiras, porque elas permitem a identificação de ganhos não-sustentáveis derivados de condições anômalas de mercado e a avaliação da dependência da instituição deste tipo de ganho. A habilidade de medir o efeito de modificações nas condições de mercado também adquire maior importância em economias emergentes, porque as condições estão sujeitas a mudanças mais radicais e repentinas.

### **3 Conceitos**

#### **3.1 Classificação de itens da demonstração de resultado**

As receitas e despesas são classificadas em duas categorias: determinantes estruturais da lucratividade e determinantes secundários da lucratividade.

##### **a) Determinantes estruturais da lucratividade**

Os determinantes estruturais da lucratividade são as receitas e despesas que satisfazem três condições: ter origem nas atividades operacionais da instituição; ser sustentável, no caso das receitas e recorrente, no caso das despesas; e não ser particularmente suscetível à manipulação.

A receita líquida de juros, as receitas de serviços e as despesas operacionais, conforme definidas no item 3.2, são os determinantes estruturais da lucratividade. São os principais grupamentos de receita e despesa de uma instituição financeira, e são governados por fatores essenciais da atividade financeira tais como volume de ativos, tamanho da base de clientes, margens de lucro, capitalização e eficiência de custos. A hipótese mais importante subjacente à metodologia é a de que, em uma instituição de grande porte operando em um mercado competitivo, estes fatores são relativamente estáveis e o comportamento passado dos determinantes estruturais pode, portanto, ser considerado uma boa indicação para o futuro.

Se não existe um conjunto de receitas sustentáveis e despesas recorrentes, ou se as receitas e despesas não-recorrentes são muito relevantes em relação ao total, é impossível ter qualquer idéia clara sobre os resultados da instituição utilizando esta metodologia de análise. Portanto, a metodologia é mais adequada para aplicação em instituições grandes, relativamente maduras, cujas receitas se originam, predominantemente, de formas tradicionais de intermediação financeira e prestação de

serviços, que têm uma base de clientes bem diversificada e são relativamente conservadoras em suas exposições a riscos de mercado.

O resultado operacional bruto, aqui definido como a diferença entre receitas e despesas estruturais, deve ser suficiente para permitir à instituição constituir provisões adequadas para fazer frente a perdas nos seus créditos e aos seus passivos contingentes, bem como para proporcionar um retorno satisfatório sobre o seu capital, após impostos. A relação entre receitas e despesas estruturais pode ser expressa por um índice tal como o amplamente conhecido *cost:income ratio*.

A evolução do resultado operacional bruto é um excelente indicativo do andamento dos negócios de uma instituição financeira. Na sistemática de análise aqui proposta, o resultado operacional bruto é o principal indicador da tendência dos resultados, porque ele reflete a evolução dos fatores essenciais da atividade financeira. O comportamento relativo das receitas e despesas estruturais é o ponto de partida para as análises que buscam identificar as causas de modificações na lucratividade.

Para ser considerado estrutural, um item de receita ou despesa deve satisfazer as condições mencionadas acima, independentemente de sua denominação na demonstração de resultado. O fato de um determinado item fazer parte da receita líquida de juros, das receitas de serviços ou das despesas operacionais não significa necessariamente que ele deva ser incluído entre os determinantes estruturais da lucratividade para efeito de análise.

#### **b) Determinantes secundários da lucratividade**

Itens de receita e despesa que não satisfazem os três requisitos mencionados acima são os determinantes secundários da lucratividade. Alguns itens muito relevantes de receitas e despesas operacionais, tais como despesas de provisões e resultados de exposições a risco cambial e de taxas de juros, serão incluídos nos determinantes secundários, seja por serem não-recorrentes ou sujeitos à manipulação.

Determinantes secundários freqüentemente apresentam grandes variações ao longo do tempo e podem ter uma influência determinante sobre os resultados de períodos individuais. Entretanto, se a hipótese subjacente à metodologia de análise é válida, as receitas e despesas não-recorrentes não terão um impacto significativo na lucratividade a longo prazo, e os efeitos das manipulações contábeis não causarão distorções nos resultados indefinidamente sem serem corrigidos.

Receitas não-operacionais surgem principalmente de investimentos em subsidiárias e em bens que não têm relação com a atividade financeira. A maioria dos países proíbe ou define limites bastante restritivos em relação a este tipo de investimento. Estes investimentos são, de fato, empreendimentos a parte que se utilizam da mesma base de capital de instituições financeiras. O resultado de um empreendimento como este e o capital nele empregado devem, portanto, ser apartados e analisados

independentemente dos da instituição financeira. Os resultados da atividade financeira devem ser suficientes para remunerar o capital alocado a esta atividade. A avaliação de lucratividade de atividades não-financeiras não faz parte do escopo deste trabalho.

Entretanto, subsidiárias que se utilizam da mesma infra-estrutura, pessoal e/ou canais de distribuição de instituições financeiras, e que atendem à mesma base de clientes das instituições, trazem sérias dificuldades para a análise, porque os resultados das subsidiárias e das instituições financeiras são frequentemente distorcidos devido à ausência de mecanismos adequados de compensação entre as empresas por serviços prestados, prospecção de clientes e utilização de infra-estrutura e canais de distribuição.

Receitas não-sustentáveis – tais como as que se originam de exposições a risco de mercado ou de oportunidades de ganho que se espera tenham vida curta – não são bases sólidas para a manutenção da viabilidade a longo prazo de uma instituição financeira, e portanto não podem ser incluídas entre os determinantes estruturais da lucratividade. Frequentemente, é difícil julgar a sustentabilidade de fontes de receita e o horizonte de tempo para o qual se está avaliando a viabilidade da instituição deve ser levado em consideração ao se fazer este tipo de julgamento. A estabilidade ao longo do tempo é o principal critério quantitativo para este julgamento, mas a natureza da receita também tem que ser levada em conta, porque parte de um fluxo de receitas muito variável pode ter origem em negócios sustentáveis, enquanto que um fluxo de receitas aparentemente estável, mas que se origina de uma oportunidade de negócios de curto prazo, não pode ser considerado sustentável.

Despesas não-recorrentes e eventos extraordinários que têm efeitos negativos sobre os resultados devem também ser excluídos dos determinantes estruturais da lucratividade por não terem efeito sobre os resultados futuros, exceto indiretamente pelo seu impacto negativo sobre o capital e a liquidez da instituição. Os critérios para a classificação de despesas como estruturais ou secundárias são os mesmos utilizados para classificar as receitas. Ou seja, os itens são classificados com base em sua estabilidade ao longo do tempo, levando em consideração a sua natureza recorrente ou não-recorrente. É importante ter em mente, entretanto, que algumas despesas podem parecer não-recorrentes em virtude de manipulações contábeis. Por exemplo, despesas incorridas em vários períodos podem ser reconhecidas contabilmente em um único período posterior, fazendo com que a série histórica apresente grande variabilidade que não significa que a despesa é não-recorrente, mas sim que ela não foi adequadamente reconhecida ao longo do tempo.

Provisões para inadimplência e para passivos contingentes, despesas diferidas, amortização de ágio, ativos contingentes e resultados de negociações e de variações no valor de mercado de títulos e valores mobiliários são os principais itens de receita e despesa que têm se apresentado mais suscetíveis à manipulação contábil. Esta lista de forma alguma contém todos os itens sujeitos à manipulação e todos os itens de receita e despesa devem ser cuidadosamente examinados. Manipulações ocorrem

usualmente quando há um espaço de tempo entre o reconhecimento de receitas e despesas na contabilidade e a sua efetiva realização financeira, e itens de receita e despesa que têm este atributo em maior grau são mais suscetíveis à manipulação.

Existe um paralelo interessante entre os critérios, o processo e o *timing* de contabilização dos itens de receita e despesa e a sua vulnerabilidade à manipulação:

Itens registrados com base em fatos objetivos, tais como a apropriação dos juros de um empréstimo e o pagamento de uma despesa corrente, geralmente têm critérios claros de contabilização. Seu registro segue um esquema contábil pre-determinado que é disparado automaticamente pela entrada dos dados da operação no sistema de controle, o que normalmente é feito pela unidade contábil (agência ou departamento, por exemplo) responsável pela operação. Os sistemas informatizados executam estes esquemas contábeis e fazem os lançamentos pertinentes automaticamente, dia-a-dia, durante toda a vida da transação. A contabilização destes itens é objetiva e a administração da instituição tem apenas uma influência indireta sobre as operações e sua contabilização. A vulnerabilidade destes itens à manipulação é, portanto, reduzida.

Por outro lado, a contabilização de alguns itens, tais como provisões e despesas que afetam mais de um período, é baseada em expectativas e estimativas. A administração da instituição geralmente tem considerável discricionariedade sobre a definição dos critérios e parâmetros de contabilização destes itens. A unidade contábil central é geralmente responsável por fazer lançamentos nestas contas, o que geralmente acontece no encerramento de cada mês, quando os resultados preliminares já são conhecidos. Uma vez que a contabilização destes itens é baseada em expectativas e estimativas, eles contêm um elemento inerente de incerteza que os faz vulneráveis à manipulação. Além disso, o fato de que sua contabilização é centralizada e realizada no final do período, quando os resultados preliminares são conhecidos, faz com que estes itens sejam especialmente propícios para as finalidades de manipulação dos resultados contábeis.

Os critérios de avaliação de alguns ativos e passivos, tais como títulos e valores mobiliários, também podem dar origem a lucros ou prejuízos não realizados. Estes resultados são reconhecidos contabilmente quando o ativo ou passivo é negociado ou movido de uma conta para outra, o que a administração da instituição pode fazer ou deixar de fazer de acordo com suas conveniências, de modo a transferir resultados de um período para o outro ou para retardar o reconhecimento de lucros ou prejuízos. Estas ações podem facilmente ser realizadas ao final do período contábil, quando os resultados são conhecidos, o que faz delas meios convenientes para a manipulação dos resultados contábeis.

Dependendo dos resultados preliminares, a administração da instituição pode decidir, por exemplo, fazer uma provisão maior para perdas em créditos, ou reconhecer de uma vez despesas que poderiam ser diferidas, reduzindo desta forma os resultados

apresentados. Se os resultados preliminares forem inferiores ao desejado, a administração pode decidir reconhecer lucros embutidos na carteira de títulos através de *day-trades* com empresas ligadas, ou fazer uma provisão menor para contingências legais, por exemplo. É comum aparecerem efeitos positivos sobre os resultados, decorrentes de variações nos determinantes secundários, exatamente no momento em que o banco está sofrendo perdas de algum outro tipo. Da mesma forma, vê-se muitas vezes um maior conservadorismo em relação aos itens secundários em épocas de lucros altos. O conservadorismo freqüentemente flutua junto com os resultados, porque a administração busca amenizar oscilações nos resultados ou mesmo esconder lucros ou prejuízos inteiramente, pelas razões apresentadas no item 2.1.

A análise em separado destes itens particularmente sujeitos à manipulação dá ao analista alguma visão sobre estas manobras manipulatórias. Elas podem ser indicações de um fortalecimento ou enfraquecimento da lucratividade estrutural, bem como evidenciarem práticas contábeis duvidosas e, conseqüentemente, inconsistências nas demonstrações financeiras.

### 3.2 Estrutura proposta para a demonstração de resultado para efeito de análise

De acordo com os conceitos de determinantes estruturais e secundários da lucratividade, é proposta a seguinte estrutura para a demonstração de resultado:

**Tabela 1. Estrutura proposta para a demonstração de resultado.**

Estrutural	Receita Líquida de Juros
	Receitas de Serviços
	Despesas Operacionais
	<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>
Secundário	Provisão para Perdas em Créditos
	Outras Despesas Secundárias
	<b>LUCRO APÓS DESPESAS SECUNDÁRIAS</b>
	Resultado da Tesouraria
	Outras Receitas Secundárias
	<b>LUCRO/(PREJUÍZO) DA ATIVIDADE FINANCEIRA</b>
	Resultados de Atividades Não-Financeiras
	<b>LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS</b>
	Impostos Sobre o Lucro
	<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>

Esta estrutura pode ser usada tanto para a rerepresentação de demonstrativos financeiros de períodos passados quanto para a apresentação de resultados projetados. Itens de receita e despesa são agrupados, como é usual, de acordo com sua natureza, mas também de acordo com o seu caráter estrutural ou secundário. Assim, a evolução

dos itens estruturais, que podem ser utilizados como indicadores sobre a lucratividade futura, pode ser vista separadamente das influências dos determinantes secundários, que apresentam maior variabilidade e cuja contabilização tem um caráter de maior subjetividade.

Comentários sobre alguns dos grupamentos de receitas e despesas:

- a receita líquida de juros é, de maneira geral, a diferença entre as receitas de juros obtidas sobre os ativos e as despesas de juros incorridas sobre os passivos. Ela é o resultado bruto da intermediação financeira. Para os propósitos da análise, entretanto, um custo de oportunidade do dinheiro precisa ser considerado na determinação da contribuição dos ativos e passivos para a receita líquida de juros. Esta contribuição decorre dos *spreads* obtidos nos diversos produtos ativos e passivos, e o custo de oportunidade é o parâmetro para a medição destes *spreads*. Os sistemas de contabilidade gerencial geralmente contemplam este conceito de custo de oportunidade do dinheiro, que é implementado através da utilização de um caixa central que capta e empresta recursos para as outras áreas de negócios à taxa de juros de oportunidade. Assim, a contribuição de um ativo para a receita líquida de juros em um determinado período é dada pelos juros apropriados sobre aquele ativo, menos a despesa gerencial de juros calculada aplicando a taxa de oportunidade sobre o volume médio do ativo no período. No caso de um passivo, a contribuição é dada pela receita gerencial de juros calculada aplicando a taxa de oportunidade sobre o volume médio do passivo, menos a real despesa de juros incorrida no período. Para os propósitos de análise, também é desejável que os efeitos de movimentos nas taxas de juros e de câmbio sejam segregados da receita líquida de juros. As instituições financeiras conseguem isso utilizando preços de transferência dos recursos, através dos quais a tesouraria assume todo o risco cambial e de taxas de juros. Quando esterilizada dos efeitos das variações cambiais e de taxas de juros, a receita líquida de juros reflete mais adequadamente os ganhos obtidos pela captação e aplicação de recursos com *spreads* positivos, que é, obviamente, a principal atividade da maioria das instituições financeiras. A receita líquida de juros assim esterilizada é função tão somente do volume de recursos aplicados e captados, dos *spreads* e do capital de giro, que são variáveis essenciais que devem estar refletidas nos determinantes estruturais da lucratividade;
- resultado da tesouraria é aqui definido como aquele derivado de exposições a risco cambial e de taxas de juros, e a risco de mercado, de maneira geral. Esta definição pressupõe que o risco cambial e de taxas de juros, que se origina das operações de todas as outras áreas de negócios da instituição, é efetivamente transferido para a tesouraria através de um sistema de preços de transferência. Os resultados derivados destas

exposições, bem como o das atividades de *trading* da tesouraria, são altamente incertos por natureza e, portanto, devem ser incluídos nos determinantes secundários da lucratividade;

- todas as receitas que não satisfazem as condições para inclusão nos determinantes estruturais devem ser agrupadas em outras receitas secundárias. Receitas não-sustentáveis ou extraordinárias devem, portanto, ser aqui incluídas, e pode ser necessário dividir alguns itens de receita em uma porção estável e outra variável, devendo a porção estável ser incluída entre os determinantes estruturais e a variável em outras receitas secundárias. Resultados extraordinários positivos identificados em períodos passados devem obviamente ser incluídos em outras receitas secundárias;
- outras despesas secundárias são aquelas que não se qualificam como despesas estruturais. Provisões para passivos contingentes e outros itens de despesa cuja contabilização depende de expectativas ou estimativas serão incluídos neste grupamento, bem como todas as perdas extraordinárias;
- impostos sobre o lucro são uma conseqüência, e não um determinante da capacidade de geração de resultados, e portanto não são levados em consideração na análise. Este tratamento dos impostos sobre o lucro tem importantes conseqüências para a análise de bancos brasileiros, porque a ativação e a baixa de créditos tributários, com conseqüente efeito sobre os resultados, são os meios mais utilizados por eles para manipularem seus resultados contábeis. Este pode ser um meio importante para a manipulação aonde quer que os créditos tributários sejam grandes e as regras contábeis permitam a sua ativação.

## **4 Análise das demonstrações financeiras**

### **4.1 Informações necessárias**

A aplicação da metodologia requer que as informações financeiras sejam apresentadas em um grau significativo de detalhe e que as denominações e descrições dos itens patrimoniais e de receita e despesa transmitam ao analista uma noção adequada de sua composição. Dados mensais ou, no mínimo, trimestrais são necessários e devem preferencialmente cobrir um período de três a cinco anos. Uma série trimestral que cubra um ano é o mínimo indispensável. Não obstante, uma série tão pouco abrangente cria dificuldades e limitações importantes para a análise.

Na discussão abaixo, será assumido como premissa que a composição dos principais grupamentos de contas – tais como receitas de serviços e despesas

operacionais – é evidenciada e que as denominações das contas dão uma idéia razoavelmente precisa sobre suas composições. Quando as informações disponíveis não têm este nível de detalhamento, não é possível realizar o tipo de análise em profundidade de informações financeiras para a qual esta metodologia é uma ferramenta.

Quando se está lidando com conglomerados financeiros, é desejável que se utilizem demonstrativos contábeis consolidados das empresas financeiras do conglomerado para a análise, por duas razões principais: primeira, porque estas empresas são geralmente administradas como um todo integrado, que serve aos mesmos clientes e tem pessoal e infra-estrutura comuns, devendo portanto ser analisado como tal; segundo, porque a administração tem o poder de transferir resultado de uma empresa para a outra, distorcendo desta forma os resultados das empresas individuais. No caso de conglomerados financeiros compostos de múltiplas unidades integradas deste tipo, cada uma deve ser analisada independentemente, a menos que o grau de integração entre elas determine que elas devam ser analisadas integradamente.

#### **4.2 Análise da demonstração de resultado**

A estratégia de análise pode ser resumida da seguinte forma:

- a) classificar os itens de receita e despesa de acordo com a estrutura proposta no item 3;
- b) analisar a evolução dos principais grupos de determinantes estruturais (receita líquida de juros, receita de serviços e despesas administrativas) e projetar sua evolução futura considerando as médias e tendências observadas;
- c) analisar a evolução dos determinantes secundários e estimar as receitas e despesas secundárias recorrentes. Para fazer esta estimativa, o analista buscará identificar itens extraordinários que devam ser eliminados, e tomará por base a média no caso de itens que tenham apresentado flutuações anormais;
- d) comparar o lucro operacional bruto estimado (receitas estruturais menos despesas estruturais) com as receitas e as despesas secundárias estimadas para determinar os resultados futuros estimados.

Os resultados futuros estimados podem ser entendidos como os indicados pela evolução projetada dos determinantes estruturais, considerando uma margem adequada para cobrir as despesas recorrentes secundárias. Eles representam o lucro ou o prejuízo esperado para a instituição em um ano típico dada a sua capacidade de geração de resultados, servindo portanto como medida desta capacidade, que é o objeto da avaliação. A atual capacidade de geração de resultados é relevante para os resultados futuros, e portanto para a viabilidade a longo prazo, por ser ela determinada, na maior parte, pelos fatores essenciais da lucratividade de instituições financeiras, tais como tamanho, margens de lucros, capitalização e eficiência de custos, os quais não se modificam repentina e radicalmente.

O princípio básico que governa o processo de estimação é o de que as estimativas devem refletir o que pode ser conservadoramente esperado para o futuro, baseado no comportamento passado dos itens. A avaliação geral sobre a capacidade de geração de resultados não deve ser afetada significativamente por um grau razoável de conservadorismo na estimação dos resultados, e os supervisores bancários têm boas razões para pecar pelo excesso de cuidado nestas situações. Uma vez que as estimativas são feitas com o objetivo de medir a atual capacidade de geração de resultados, o período estimado não deve ser muito longo. Um ano, por exemplo, costuma ser um período conveniente.

O analista deve considerar a tendência na estimativa de itens estruturais, mas deve ser cuidadoso ao fazê-lo porque, muito embora seja provável que estes itens não venham a sofrer variações extremas e repentinas, não pode ser dado como certo que suas respectivas tendências irão continuar indefinidamente no futuro. O analista deve estimar itens estruturais baseado na média de períodos representativos, considerando a tendência apenas acessoriamente na formação de sua opinião sobre a evolução futura das receitas e despesas.

A série histórica de itens secundários não dá ao analista uma base muito sólida para estimação, e, portanto, as estimativas destes itens tendem a ser menos confiáveis do que as dos itens estruturais. O impacto do uso de estimativas alternativas para estes itens deve ser considerado e, caso seja significativo, o analista pode ser forçado a expressar suas conclusões através de múltiplos cenários refletindo os resultados estimados considerando cada uma das alternativas. Conclusões expressas desta forma não são, é claro, inteiramente satisfatórias, mas ao menos o analista terá sido capaz de restringir as questões sobre os resultados a um ou a alguns poucos itens que não podem ser estimados com um grau mínimo de confiabilidade.

Mesmo assumindo que a demonstração de resultados e suas notas explicativas sejam razoavelmente completas e detalhadas, o analista terá dificuldades para fazer a segregação entre a receita líquida de juros estrutural e a secundária, e provavelmente não conseguirá progredir muito nesta segregação. Isso porque é difícil separar a receita derivada da atividade de captar e aplicar fundos obtendo um *spread* positivo, que é um determinante estrutural da lucratividade, daquela decorrente da assunção de risco cambial e de taxa de juros, que é não-recorrente e, portanto, secundária. Mesmo quando as instituições financeiras evidenciam separadamente estes dois tipos de receita, o analista precisa estar convencido de que os critérios de separação são satisfatórios para os propósitos da análise antes que estes critérios possam ser aceitos como base para a sua própria classificação. A experiência tem demonstrado que é pior ter uma separação inadequada entre receitas estruturais e secundárias do que não ter nenhuma.

O exame da série histórica dos itens de receitas de serviços e despesas operacionais geralmente permite ao analista identificar receitas e despesas que devem ser classificadas como secundárias, seja por parecerem não-recorrentes ou porque elas

podem ter sido objeto de manipulação. Pode ser apropriado dividir alguns itens em duas porções, uma estrutural e uma secundária, correspondendo, respectivamente, à porção das receitas ou despesas que é estável ao longo do tempo e àquela que não é. Métodos estatísticos podem ser empregados para identificar itens com alta variabilidade e determinar as suas porções estável e variável.

Contas que têm uma composição heterogênea ou incerta, tais como a maioria das que possuem a palavra “outros” no nome, devem ser classificadas como secundárias. Todas as despesas de provisões também devem ser classificadas como secundárias e tratadas posteriormente, a menos que elas sejam irrelevantes ou se tenha confiança de que elas representam adequadamente desembolsos futuros certos ou prováveis. O analista deve considerar se as despesas de amortização e depreciação devem ser classificadas como estruturais ou secundárias, porque a administração tem um certo grau de discricionariedade sobre a definição do período de depreciação/amortização, bem como sobre as decisões de ativar, manter ou baixar os ativos do balanço patrimonial. A menos que a legislação ou a regulamentação contábil estabeleça regras estritas para a contabilização destes itens, eles devem ser classificados como secundários.

Os itens secundários devem agora ser tratados. Itens relevantes terão sido, provavelmente, classificados como secundários, seja porque eles são claramente não-recorrentes, porque sua série histórica apresenta flutuações substanciais e abruptas ou porque eles foram considerados particularmente vulneráveis à manipulação.

Geralmente, o mais relevante destes itens é a provisão para perdas em créditos, que é, na imensa maioria dos casos, um fator importante para a lucratividade, mas que é classificada como secundária por ser particularmente sujeita à manipulação. A provisão para perdas em créditos é uma despesa recorrente que deve necessariamente ser levada em conta na análise. O analista deve, portanto, procurar fazer uma estimativa conservadora das despesas de provisão adequadas.

Um método eficaz para fazer esta estimativa é utilizar a razão entre as despesas de provisão e as receitas de juros sobre créditos, que dá uma indicação razoável sobre o grau de conservadorismo da instituição em seu provisionamento para perdas em créditos. Este índice leva em consideração não apenas os volumes como também as taxas de juros dos créditos, que são geralmente positivamente correlacionadas com o seu risco de crédito. Embora esta correlação positiva não seja constante nem perfeitamente proporcional ao risco, a experiência tem demonstrado que onde os *spreads* são extremamente altos e variam grandemente entre produtos de crédito, como no Brasil e em outras economias emergentes, a razão entre as despesas de provisão e as receitas de juros é um indicador mais preciso do que a razão entre as despesa de provisão e os volumes, por ser, ainda que de maneira imperfeita, ajustada ao risco.

Analisando a evolução da razão entre despesas de provisão e receitas de juros sobre créditos e comparando este índice com o de instituições similares, o analista provavelmente será capaz de formar uma idéia razoável sobre o índice adequado para

a instituição sob exame. Multiplicando este índice pela receita de juros sobre créditos projetada, o analista obterá uma estimativa das despesas de provisão a serem deduzidas do lucro operacional bruto. Esta estimativa é, provavelmente, a melhor que pode ser feita com base somente nas informações das demonstrações financeiras, e pode ser desejável considerar cenários alternativos prováveis, de modo a avaliar a sensibilidade dos resultados a modificações nas despesas de provisões para créditos.

Provisões para passivos contingentes, na sua maior parte relacionados a demandas judiciais, também são despesas secundárias relevantes. É muito difícil estimar estas provisões, mesmo para as próprias instituições, porque o risco legal costuma ser difícil de medir. O analista pode buscar informações sobre as contingências nas notas explicativas e pode ser capaz de identificar as causas de variações acentuadas nas despesas de provisões. Mas a estimativa se baseará, principalmente, na média histórica ajustada pela eliminação de efeitos extraordinários. Novamente, o analista poderá ser forçado a considerar, nas suas conclusões, o efeito sobre os resultados de vários níveis de provisionamento.

Algumas vezes, as instituições financeiras demonstram os resultados das exposições a riscos de mercado sob um título tal como “resultado de tesouraria”. Os critérios de apuração destes resultados variam significativamente, mas o analista pode geralmente considerá-los não-recorrentes e classificá-los como secundários, dentro do grupamento pertinente. O “resultado de tesouraria” pode incluir, no todo ou em parte, os efeitos de flutuações nas taxas de juros e de câmbio que devem ser eliminados da receita líquida de juros para efeito de análise. O analista não deve assumir, entretanto, que a receita líquida de juros demonstrada está livre dos efeitos dessas flutuações, a menos que ele esteja convencido de que os critérios de apuração asseguram que estes efeitos estejam integralmente refletidos no “resultado de tesouraria”.

Itens de receita que apresentam alta variabilidade, a porção variável destes itens que tenham sido divididos e itens de receita sujeitos à manipulação podem ser estimados utilizando-se a média histórica, se eles tiverem caráter recorrente. Outras despesas secundárias também podem ser estimadas desta forma. Todos estes itens continuarão sendo classificados como secundários e suas estimativas terão necessariamente um grau menor de confiabilidade.

Por princípio, os resultados de subsidiárias não-financeiras não deverão ser considerados na avaliação da capacidade de geração de resultados de instituições financeiras. Não obstante, no caso de subsidiárias não-financeiras que tenham um alto grau de integração com as instituições financeiras do conglomerado, o analista deve estar ciente de que a administração das empresas tem a faculdade de transferir resultado entre elas, bem como do problema da compensação entre empresas do mesmo grupo por serviços prestados ou benefícios proporcionados por umas às outras. O analista deve considerar a lucratividade global do conglomerado e a contribuição para a mesma das atividades financeiras e não-financeiras. Se a lucratividade global é alta, mas o resultado das atividades financeiras é fraco, por exemplo, isso não

significa necessariamente que as atividades financeiras são pouco rentáveis e que as não-financeiras são altamente lucrativas, porque existe a possibilidade de que esteja ocorrendo transferência de resultado entre as empresas financeiras e as não-financeiras, deliberadamente ou não. O analista pode ter que mencionar esta possibilidade em suas conclusões sobre a capacidade de geração de resultados das atividades financeiras.

Até o ponto em que uma adequada separação de receitas e despesas estruturais e secundárias for efetivamente atingida, a evolução dos principais fatores subjacentes à atividade financeira estará refletida nos determinantes estruturais, enquanto que os efeitos não-recorrentes se refletirão nos determinantes secundários. Analisando os itens em cada categoria, será possível ter uma idéia da evolução da lucratividade estrutural e da influência dos determinantes secundários sobre os resultados. Será também possível identificar eventos que tiveram impacto significativo sobre os resultados e possivelmente revelar manobras contábeis utilizadas pela administração para esconder ou compensar estes impactos.

Passando à análise das receitas e despesas estimadas, o lucro operacional bruto estimado deve primeiramente ser comparado com as despesas secundárias recorrentes estimadas. A margem do lucro bruto operacional sobre as despesas secundárias recorrentes é uma indicação conservadora dos resultados futuros. Uma margem saudável é sinal de lucratividade sustentável, enquanto que uma margem pequena ou negativa é sinal de capacidade insuficiente de geração de resultados.

A informação contida nas demonstrações financeiras geralmente permite ao analista fazer apenas uma estimativa grosseira dos resultados. Dúvidas significativas sobre itens relevantes provavelmente restarão, e o analista será tão somente capaz de definir uma faixa aonde os resultados futuros deverão se situar. Mas mesmo tal faixa, ainda que imprecisamente definida, poderá se constituir em uma indicação razoável da capacidade de geração de resultados da instituição. O analista pode utilizar os níveis de capacidade de geração de resultados descritos no item 6 como um guia geral para a formulação de conclusões sobre a capacidade de geração de resultados, baseadas nos resultados estimados e em outras informações.

Apenas informações muito genéricas sobre a composição dos resultados podem ser obtidas nas demonstrações financeiras. A proporção entre a receita líquida de juros e a receita de serviços pode ser calculada, mas o analista deve ter em mente que a receita líquida de juros estará provavelmente contaminada pelos efeitos de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Uma estimativa grosseira da distribuição das receitas entre fontes sustentáveis e não-sustentáveis pode ser obtida comparando-se as receitas estruturais com as secundárias. Para avaliar a contribuição relativa das várias atividades financeiras para os resultados, o analista dependerá inteiramente da informação que o banco decida divulgar sobre o assunto. Sobre a sensibilidade dos resultados a modificações nas condições de mercado, o analista terá apenas a indicação dada pela reação das receitas e das despesas a modificações passadas nas condições.

## 5 Análise de informações gerenciais

### 5.1 Introdução

O acesso a informações gerenciais abrangentes, detalhadas e precisas permite ao analista implementar integralmente a metodologia de avaliação. Os sistemas de informações gerenciais utilizados pelas instituições financeiras, para medir o desempenho de unidades de negócios, produtos e clientes, geralmente são ricos em informações que podem ser aproveitadas para os propósitos da análise. Quando estes sistemas se encontram bem desenvolvidos, eles são a principal fonte de dados para a análise, muito embora outras fontes, incluindo os próprios sistemas informatizados que processam as transações, precisem algumas vezes ser utilizadas.

O analista precisa avaliar a qualidade das informações fornecidas pelos sistemas de medição de desempenho para determinar até que ponto ele pode confiar nestas informações para os seus propósitos<sup>1</sup>. Adequação conceitual, consistência na implementação e precisão nos dados recebidos pelo sistema são necessários para que se possa confiar nas informações produzidas por estes sistemas. Quando os dados de entrada são precisos, mas o sistema apresenta defeitos internos que distorcem suas medições, o analista pode ainda assim utilizar os dados brutos recebidos pelo sistema, embora não possa utilizar as informações de saída produzidas pelo mesmo.

Na discussão abaixo, será assumido como premissa que o sistema gerencial de mensuração de desempenho da instituição sob análise contempla o conceito de custo de oportunidade do dinheiro para a determinação da contribuição de ativos e passivos para a receita líquida de juros, conforme discutido no item 3.2. Será assumido também que os efeitos de flutuações nas taxas de juros e de câmbio são capturados num caixa central, aqui denominado tesouraria, que é o único responsável pelo gerenciamento destes riscos.

Os relatórios dos sistemas internos de mensuração de performance são geralmente muito mais detalhados e utilizam definições muito mais precisas para os itens de receita e despesa do que as demonstrações financeiras. Isto permite ao analista realizar uma melhor separação entre itens estruturais e secundários, melhorando a precisão das estimativas e a confiabilidade das conclusões da análise.

Os relatórios gerenciais de lucratividade apresentam a receita líquida de juros derivada de cada ativo e passivo como o produto de seu volume médio e *spread*, livre dos efeitos de modificações nas taxas de juros e de câmbio. Isto permite ao analista enxergar a composição da receita líquida de juros e medir os efeitos de alterações hipotéticas nos volumes e *spreads*.

---

1/ De modo a evitar dupla contagem e outras inconsistências, o analista deve estar seguro de que as informações gerenciais sobre lucratividade estejam adequadamente reconciliadas com as informações contábeis e que todas as diferenças sejam entendidas e tratadas quando as informações gerenciais forem utilizadas na análise.

A maneira como os resultados de subsidiárias não-financeiras são apresentados nos relatórios internos de mensuração de desempenho provavelmente dá a melhor indicação sobre como estes resultados devem ser tratados para efeito de análise. As subsidiárias que têm um alto grau de integração com as instituições financeiras aparecerão geralmente consolidadas com as mesmas nestes relatórios, enquanto que as subsidiárias não relacionadas com as atividades financeiras aparecerão em separado.

## **5.2. Procedimentos para a classificação de itens de receita e despesa e estimação de resultados indicados**

A estratégia é a mesma utilizada para a análise da demonstração de resultados. Para os itens não discutidos abaixo, o processo de classificação e estimação é o mesmo descrito no item 4. Entretanto, o analista terá melhores condições para classificar itens de receita e despesa devido à maior abrangência e profundidade da informação encontrada nos sistemas gerenciais de mensuração de desempenho.

O analista conseguirá progressos significativos na determinação da receita líquida de juros estrutural e secundária, porque os relatórios gerenciais de resultados demonstram em muito maior detalhe a contribuição dos ativos e passivos para a receita líquida de juros. Ele terá à sua disposição séries históricas individuais dos volumes e dos *spreads* de cada ativo e passivo, o que auxilia grandemente na avaliação da estabilidade e natureza recorrente dos componentes da receita líquida de juros. Os ativos e passivos também estarão alocados a unidades e áreas de negócios, o que dá indicações adicionais sobre sua natureza.

A regra geral para classificação dos itens componentes da receita líquida de juros como estruturais ou secundários é que quanto mais estáveis os volumes e os *spreads* das operações que geram estas receitas, e quanto mais elas forem identificadas com as atividades principais da instituição, mais forte será o argumento em favor de sua classificação como estruturais.

A receita líquida de juros gerada por cada ativo de renda e passivo oneroso deve ser estimada multiplicando-se os volumes e os *spreads* médios observados ao longo de um número de períodos representativos. Para os ativos e passivos sem remuneração, a receita ou a despesa é obtida multiplicando-se a taxa básica de juros pelo volume médio do ativo ou passivo.

O resultado da tesouraria merece atenção especial. A tesouraria centraliza e gerencia o risco cambial e de taxas de juros derivado das operações de todas as áreas de negócios da instituição. A tesouraria também possui sua própria carteira de ativos e passivos, tais como títulos, aplicações e captações em operações compromissadas, depósitos interbancários e instrumentos de gerenciamento de risco utilizados para gerenciar suas próprias exposições ou vendidos a clientes.

A tesouraria geralmente realiza operações de *trading* (definidas como aquelas em que risco de mercado, cambial ou de taxa de juros é assumido) e também operações de intermediação financeira que não envolvem estes riscos. As operações de *trading* são especulativas e, portanto, não-sustentáveis como fontes permanentes de receita, enquanto que as operações de intermediação podem ou não ser sustentáveis.

Parte das receitas da tesouraria tem origem em atividades que podem não ser mais (podendo até ser menos) arriscadas ou variáveis em volume e *spread* do que as atividades de captar depósitos e fazer empréstimos ao público. A receita destas atividades da tesouraria poderia ser adequadamente classificada como receita líquida de juros estrutural. A outra parte das receitas da tesouraria, que tem origem em operações de *trading*, conforme aqui definidas, é altamente incerta por natureza e deve, portanto, ser classificada como secundária.

Entretanto, há argumentos convincentes em favor de classificar todo o resultado da tesouraria como secundário: primeiro, é difícil determinar a linha que separa as operações de *trading* daquelas de intermediação financeira; e segundo, operações de tesouraria, mesmo aquelas de intermediação financeira *stricto sensu*, são sujeitas a condições de mercado que se modificam mais rapidamente e a janelas de oportunidade mais estreitas do que a maioria das atividades financeiras. O analista deve considerar estes argumentos ao decidir sobre a classificação do resultado da tesouraria, mas não há regras definitivas para esta classificação, que deve ser decidida caso a caso, à luz da regra geral estabelecida anteriormente.

O analista deve ser conservador ao estimar o resultado da tesouraria e outras receitas líquidas de juros<sup>2</sup> secundárias. Ele pode calcular as receitas médias, ou os volumes e *spreads* médios, excluindo da série as observações com valores mais elevados, por exemplo. Mesmo se a porção estável é significativa, ela pode refletir resultados decorrentes de condições de mercado anômalas, tais como altas taxas de juros internas em relação às externas. Muito embora estas condições anômalas possam persistir por um tempo considerável, o analista deve assumir que elas irão deixar de existir e que os resultados delas decorrentes são não-sustentáveis.

Sistemas gerenciais de mensuração de desempenho geralmente contêm informações detalhadas sobre a provisão para perdas em créditos, incluindo os montantes de provisões e de perdas para cada linha de crédito. Um histórico detalhado das provisões e perdas é de grande auxílio para o analista na estimação de despesas de provisões. Ele deve, entretanto, examinar cuidadosamente a série histórica correspondente a cada linha de crédito de maneira a identificar mudanças significativas na razão entre despesas de provisão e volume. Mudanças neste índice podem ser reflexo de mudanças no conservadorismo ou mesmo no nível de risco de crédito. O analista pode ter interesse

---

2/ Receitas líquidas de juros secundárias têm origem em ativos e passivos cujos volumes são considerados, no todo ou em parte, não-sustentáveis.

em investigar a causa destas mudanças antes de escolher os períodos representativos, para efeito de determinação da taxa de perda a ser utilizada para a estimação das despesas de provisão relativas a cada linha de crédito.

A classificação mais adequada das receitas e despesas como estruturais ou secundárias, tornada possível pelo uso de informações gerenciais, dá ao analista uma visão mais clara da evolução dos determinantes estruturais da lucratividade e dos efeitos dos determinantes secundários. O analista também poderá enxergar separadamente a evolução de volumes e *spreads*, o que auxilia grandemente na identificação das causas subjacentes a variações na receita líquida de juros.

A utilização de informações gerenciais provavelmente permitirá ao analista fazer uma estimativa de resultados mais confiável do que é possível se fazer utilizando-se dados contábeis apenas. O analista deverá ser capaz também de definir uma faixa mais estreita para os resultados futuros esperados. Conseqüentemente, será possível formular conclusões mais definitivas sobre a capacidade de geração de resultados da instituição financeira.

A classificação das receitas realizada para efeito de estimação de resultados é a base para a análise da contribuição de fontes sustentáveis e insustentáveis de receitas para o resultado. A margem de receitas sustentáveis sobre as despesas recorrentes e os índices de receitas não-sustentáveis sobre o total das receitas e sobre o resultado são indicadores muito importantes da sustentabilidade das receitas e da lucratividade a longo prazo. Diretrizes para a interpretação de informações sobre a contribuição de receitas sustentáveis e não-sustentáveis para os resultados podem ser encontradas no item 6.

Os sistemas gerenciais de mensuração de desempenho geralmente calculam os resultados por unidades de negócios, produtos e clientes, e o analista pode se valer desta informação de modo a identificar as principais fontes de resultado. É preciso cuidado, entretanto, porque estas medições são freqüentemente distorcidas por critérios inadequados de alocação de receitas e despesas. É razoável crer que riscos significativos estarão associados às principais fontes de resultados, e os supervisores bancários podem querer levar isso em consideração em suas decisões sobre a alocação de recursos de supervisão.

O analista será capaz de avaliar os efeitos sobre os resultados de modificações nos volumes e *spreads* dos ativos e passivos, nos níveis de provisionamento para perdas em créditos, na taxa básica de juros e nos níveis de receitas de serviços e despesas administrativas, substituindo os dados estimados por valores hipotéticos correspondentes às hipóteses que queira testar. Testes de *stress* também podem ser realizados, modificando o valor de uma variável, tal como a taxa básica de juros, até que os resultados cheguem a um nível predeterminado.

Hipóteses relevantes a serem testadas poderiam ser: desenvolvimentos esperados nas condições de mercado, tais como reduções nos *spreads* ou na receita de serviços; reduções nos volumes de ativos devido a problemas de qualidade de ativos; modificações na capitalização, com conseqüentes alterações no ativo total e na composição do mesmo; e não atingimento apenas parcial de receitas ou despesas orçadas.

Para a formulação de cenários complexos que compreendam muitas variáveis, o analista pode se utilizar do planejamento operacional e do orçamento corporativo, que refletem as expectativas da instituição para a maioria dos fatores relevantes. O analista pode comparar estas expectativas com a performance passada e formular cenários considerando, por exemplo, atingimento parcial de melhoras de desempenho esperadas.

Ao fazer a análise de acordo com os procedimentos apresentados acima, o analista terá obtido um conjunto de informações sobre o nível, composição e sensibilidade dos resultados. O item 6 contém diretrizes para a interpretação destas informações e a formulação de uma conclusão geral sobre a capacidade de geração de resultados de instituições financeiras.

## **6 Níveis de capacidade de geração de resultados**

Com o objetivo de auxiliar o analista na formulação de suas conclusões, as principais situações usualmente encontradas em relação à capacidade de geração de resultados das instituições financeiras (no que diz respeito ao nível de resultados, à distribuição das receitas entre sustentáveis e não-sustentáveis e à sensibilidade dos resultados a modificações nas condições de mercado) foram agrupadas abaixo em três categorias representando níveis sucessivos de capacidade de geração de resultados. A capacidade de geração de resultados de uma instituição financeira pode ser considerada:

### **a) Satisfatória**

- os resultados provavelmente cobrirão consistentemente o custo de capital. Bancos com resultados satisfatórios atingem suas metas de rentabilidade, que refletem o custo de capital percebido<sup>3</sup> pela instituição e são usualmente utilizadas pelos sistemas gerenciais de mensuração de performance como parâmetro para cálculo do custo sobre o capital alocado a unidades de negócios e à organização como um todo;

---

3/ O custo de capital percebido internamente pela instituição pode ser aceito como *benchmark* para a avaliação da capacidade de geração de resultados, a menos que ele se desvie significativamente de padrões de mercado sem boas razões para isso.

- os resultados são baseados em fontes sustentáveis. O lucro operacional bruto é suficiente para cobrir provisões e outras despesas secundárias recorrentes, e para proporcionar um retorno atrativo, do ponto de vista do investidor, sobre o capital. Resultados oriundos de fontes não-sustentáveis incrementam os lucros, mas a instituição não depende deles para atingir suas metas de rentabilidade;
- a instituição pode resistir a modificações adversas relevantes nas condições de mercado sem ter sua lucratividade significativamente prejudicada. Isso significa que a instituição pode suportar uma recessão, um aumento na concorrência ou uma elevação nos custos operacionais sem se tornar deficitária, o que aconteceria somente se modificações adversas extremas, e improváveis, ocorressem.

Uma posição de mercado forte no segmento, uma sólida base de capital e práticas prudentes de gerenciamento de riscos complementam o quadro de uma instituição com boa capacidade de geração de resultados, indicando que esta situação deve permanecer no futuro.

Bancos com capacidade satisfatória de geração de resultados recorrem à manipulação de resultados contábeis principalmente por razões tributárias e de mercado. Eles podem retardar o reconhecimento de resultados de modo a protelar o pagamento de impostos, por exemplo, bem como manipular os resultados divulgados na tentativa de influenciar o preço de mercado dos seus papéis, principalmente pela atenuação de flutuações acentuadas nos lucros. Estas instituições podem ser excessivamente conservadoras em suas práticas contábeis de maneira a não reconhecer parte dos resultados de períodos bons, acumulando assim alguns lucros escondidos que podem ser utilizados para incrementar os resultados de períodos ruins. Entretanto, em bancos com capacidade satisfatória de geração de resultados, mesmo quando o conservadorismo contábil é reduzido com o objetivo de aumentar o lucro contábil, não é provável que ele seja reduzido abaixo de padrões mínimos aceitáveis.

#### **b) Insatisfatória**

- os resultados indicados da instituição são positivos, mas insuficientes para cobrir o custo de capital. Os resultados futuros provavelmente não atingirão as metas de rentabilidade a menos que mudanças estruturais positivas ocorram e/ou que as condições de mercado melhorem consideravelmente;
- a instituição depende de resultados de fontes insustentáveis para atingir as metas de rentabilidade. O lucro operacional bruto deixa apenas uma pequena margem sobre as despesas secundárias recorrentes e, a menos que a instituição obtenha resultados não-recorrentes substanciais, os lucros são baixos;

- modificações adversas relevantes nas condições de mercado prejudicariam severamente a lucratividade da instituição. Desenvolvimentos adversos concebíveis, quando considerado o conjunto de cenários prováveis de negócios, causariam reduções drásticas nos resultados. A ocorrência de perdas extraordinárias, proporcionais aos riscos usualmente incorridos, seria suficiente para eliminar os lucros ou causar prejuízos.

Instituições com lucratividade insatisfatória podem, por exemplo, estar sofrendo competição pesada, ter uma escala de operações insuficiente, ter baixa eficiência de custos e/ou ter recursos insuficientes para investimento e expansão de ativos, apresentando estreitas margens de capital e liquidez em suas demonstrações financeiras. Estas instituições podem recorrer a um aumento nas suas exposições a riscos na tentativa de melhorar seus resultados, o que pode levar a perdas graves e à deterioração de sua situação financeira. Evidências destas situações, juntamente com baixos resultados indicados, sugerem perspectivas duvidosas de lucratividade futura.

Razões tributárias e de mercado também são as principais que motivam a manipulação de resultados no caso de instituições com lucratividade insatisfatória. Razões de mercado, entretanto, provavelmente terão maior importância, porque os resultados tendem a flutuar mais e os prejuízos a serem mais frequentes. Às vezes, o conservadorismo contábil pode cair abaixo de padrões mínimos aceitáveis.

### **c) Altamente insatisfatória**

- os resultados indicados para a instituição são negativos e deverão, provavelmente, piorar à medida que as perdas consomem o capital e a liquidez, a menos que modificações estruturais importantes ocorram, tais como uma extensiva reestruturação envolvendo, na maioria das vezes, injeção de novo capital, ou que as condições de mercado melhorem dramaticamente;
- o lucro operacional bruto é negativo ou insuficiente para cobrir as provisões e outras despesas secundárias recorrentes, e a instituição depende de resultados de fontes não-sustentáveis para cobrir despesas recorrentes. A ausência de resultados não-recorrentes significativos resulta em prejuízos relevantes no período;
- modificações positivas substanciais nas condições de mercado não seriam suficientes para restaurar a lucratividade; apenas melhoramentos extremos, e altamente improváveis, seriam. A ocorrência de perdas proporcionais às exposições a riscos causaria prejuízos graves no período.

Pode-se esperar que uma instituição com capacidade de geração de resultados altamente insatisfatória apresente uma situação financeira frágil, com liquidez decrescente e uma combatida base de capital. Um relaxamento nos padrões de prudência no gerenciamento de riscos também pode ser esperado, como um reflexo de tentativas desesperadas da instituição de reverter seus prejuízos, através de operações de alto

risco, cortes de despesas nas áreas de controles e critérios de aprovação de crédito mais liberais, por exemplo. Resultados indicados fracos, combinados com sinais de deterioração da situação financeira e aumento imprudente das exposições a risco, apontam para perspectivas de lucratividade altamente negativas.

A principal razão para manipulação de resultados contábeis por instituições financeiras com capacidade de geração de resultados altamente insatisfatória é a preocupação de esconder os seus prejuízos do mercado, do público e das autoridades supervisoras. Estas instituições podem deixar de fazer provisões suficientes para perdas prováveis e podem também deixar de reconhecer perdas já ocorridas. Receitas de juros podem continuar a ser apropriadas sobre ativos irrealizáveis, inflando os resultados com receitas que não devem ser recebidas. Estas práticas levam à apresentação de resultados melhores do que os reais, e instituições que recorrem a este tipo de manipulação freqüentemente pagam impostos substanciais sobre lucros não efetivamente auferidos. Bancos que procuram esconder perdas significativas e recorrentes freqüentemente deixam de atender os padrões mínimos aceitáveis de conservadorismo contábil, e uma inspeção provavelmente encontrará sérias inconsistências nas suas demonstrações financeiras.

O analista deve considerar também a evolução dos resultados e a capacidade da instituição de melhorá-los, que depende dos seus recursos e da capacidade dos seus administradores. Uma instituição com resultados insatisfatórios, mas com amplo acesso a capital para investimento e uma boa administração, tem obviamente melhores chances de melhorar sua posição do que uma instituição com resultados declinantes que tem pouco acesso a capital e carece de capacidade gerencial.

Instituições com capacidade de geração de resultados satisfatória são demonstradamente viáveis e é improvável que sua situação se deteriore rapidamente. Instituições com capacidade de geração de resultados insatisfatória tem uma viabilidade mais precária e sua situação pode declinar se não forem obtidos progressos organizacionais ou se as condições de mercado se deteriorarem substancialmente. Estas instituições demandam monitoramento para detectar qualquer deterioração na capacidade de geração de resultados que possa indicar perda de viabilidade econômica e risco potencial de dificuldades financeiras. Instituições com capacidade de geração de resultados altamente insatisfatória são inviáveis e provavelmente se tornarão insolventes em algum momento no futuro, a menos que ações corretivas adequadas sejam tomadas pelos administradores ou pela autoridade supervisora. Estas instituições demandam ação imediata por parte da supervisão bancária, com o objetivo de avaliar a extensão das perdas que já possam ter sido incorridas e de monitorar seus resultados e a evolução de sua situação financeira.

## Referências bibliográficas

THE STAFF OF ERNST & YOUNG LLP. *The Ernst & Young Guide to Performance Measurement for Financial Institutions: Methods for Managing Business Results*. McGraw-Hill Professional Publishing; ISBN: 1557387370; revised edition (November 1, 1994).

ANTHONY SAUNDERS. *Financial Institutions Management*. Irwin/McGraw-Hill; ISBN: 007303259X; 3rd edition (July 29, 1999).

GRAHAM, Benjamin; DODD, David. *Security Analysis: The Classic 1934 Edition*. McGraw-Hill Professional Publishing; ISBN: 0070244960 (October 1, 1996).

MATTEN, Christopher. *Managing Bank Capital: Capital Allocation and Performance Measurement*. John Wiley & Sons; ISBN: 0471851965; 2<sup>nd</sup> edition (May 23, 2000).

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (2002). *Supervisory Guidance on Dealing with Weak Banks*. Report of the Task Force on Dealing with Weak Banks. Basel: Bank for International Settlements.

GROUP OF TEN (1997). *Financial Stability in Emerging Market Economies*. Report of the Working Party on Financial Stability in Emerging Market Economies. (E) April, 1997; ISBN: 9291319023.